

Balmaceda – Drama e Tragédia

Senador Marco Maciel

Embora seja de suas obras a menos celebrada, mais que um relato histórico, muito além de um simples ensaio, mais expressivo que uma arguta análise política, *Balmaceda* é, na bibliografia de Joaquim Nabuco, uma síntese extraordinária de suas preocupações – quase uma antevisão sobre o destino e os riscos que poderia correr o Brasil sob a República, então recém proclamada. O livro é produto dos artigos por ele publicados no *Jornal do Comércio*, ao comentar a obra do escritor chileno Júlio Bañados Espinosa, intitulada *Balmaceda, seu Governo e a Revolução de 1891*. A obra do autor chileno foi elaborada em defesa do presidente José Manuel Balmaceda, que, em seu conflito com o Parlamento, levou o país à guerra civil e o então ex-presidente, depois de deposto e asilado na Embaixada Argentina em Santiago, ao suicídio praticado no último dia do seu mandato.

O gesto extremo evoca, necessariamente, o mesmo ato praticado pelo presidente Getúlio Vargas, no fatídico 24 de agosto de 1954, a despeito da diferença das circunstâncias entre ambos. Getúlio estava no pleno exercício de suas funções. Balmaceda, ao contrário, já afastado do cargo, por força da revolução que seu conflito com o Parlamento provocou, já não mais governava o país. Aguardou o que seria o último dia de seu mandato, para o gesto extremo. As derrubadas de governos – de fato ou legítimos – não são raros na conturbada história da América Latina. Mas os dois exemplos lembram, no caso do Chile, o de Salvador Allende, no ato heróico de resistência inútil ao golpe militar que o levou igualmente à morte, depois do bombardeio do Palácio de La Moneda.

Menos na particularidade dos gestos extremos do que nas circunstâncias que os provocaram, reside a genialidade de Nabuco no emblemático livro, ao escrever sobre os riscos do presidencialismo latino

americano: “Nos chamados governos presidenciais, o presidente está muito mais adstrito ao jugo partidário do que nas repúblicas parlamentares, onde ele representa o papel de um soberano constitucional, cingindo-se à vontade das maiorias”. A descrição do que ele denominou de “política silogística” viria a ser, mais tarde, a prática que ninguém melhor do que ele definiu, para significar a distância que tem separado, na política brasileira, as promessas da realidade: “É uma pura arte de construção no vácuo. A base são teses, e na fatos; o material idéias, e não homens; a situação, o mundo e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais.

A primeira indagação de quem lê *Balmaceda* é, instintivamente, indagar a razão do interesse de Nabuco, monarquista, por um episódio da que era, até então, uma das mais estáveis repúblicas parlamentaristas sul americanas, comentando o livro escrito por um ex-ministro dos mais próximos auxiliares do ex-presidente chileno, sabendo-se que lhe foi por ele encomendado antes de sua morte, quando já asilado na Embaixada Argentina em Santiago. O motivo é, sem dúvida, o que, a propósito da análise da recém lançada antologia, do historiador Evaldo Cabral de Melo, intitulada *Essencial Joaquim Nabuco*, registra seu colega também historiador Jean Marcel Carvalho França. É que a obra de Nabuco, diz ele, “foi escrita com os olhos voltados para a então recente Proclamação da República no Brasil”.

O drama do Presidente José Manuel Balmaceda teve início quando a lei orçamentária do país, aprovada por dezoito meses, vigorou até janeiro de 1886. A votação de uma nova lei foi frustrada pela obstrução da minoria. O Parlamento chileno viu-se ante uma situação que tantas vezes ocorreu no Brasil. Segundo Nabuco, “a minoria protelando e a maioria deixando protelar”. Balmaceda assumiu a presidência em 18 de setembro de 1886 e enfrentou as dissidências tão comuns num regime de proliferação partidária em que nem as maiorias nem as minorias são estáveis. As

observações de Nabuco mostram a progressiva desagregação político-parlamentar do Chile, naquela quadra. Seu registro é preciso, objetivo e direto: “a sessão de 1889 foi muito agitada. A maioria liberal-radical defendia com ardor Balmaceda, tratando de afastar da luta o nome do Presidente. Os mesmos homens que veremos dentro de um ano assinando a ata de [sua] deposição estão ainda unidos em torno dele”.

Aludindo ao paralelo entre o Chile e o Brasil, ele faz um cotejo com o Brasil monárquico, quando enfrentamos a fase crucial da abolição: “Quando a monarquia se sentiu obrigada a tocar nesse ponto delicado da economia social, o partido ultraconservador, os antigos *saquaremas* do Rio de Janeiro, [José Joaquim Rodrigues] Torres, Paulino de Sousa e Euzébio de Queirós, passaram todos estrepitosamente para a república”. E arremata: “No Chile, quem sabe se a sociedade não entrou como a nossa, em uma dessas fases em que tudo se separa para unir-se diferentemente. É a crise do crescimento, mas em todo caso é um período de profundo desequilíbrio, do qual o organismo pode sair preparado para maiores coisas, mas em que também pode faltar a nova coesão de que precisa para não se dissolver”.

No Chile de *Balmaceda*, há outras comparações com o Brasil republicano. Ele, que foi um liberal na maior parte de sua vida política, viu-se na crista de uma crise, em que, apelando para o conflito com o Parlamento, terminou solapando o alicerce de popularidade que tinha alimentado a sua carreira política e parlamentar. O resultado foi a guerra civil de 1891, quando o Parlamento não aprovou a lei de orçamento para aquele ano e o Presidente, ignorando o poder do Congresso, validou o do ano anterior. Quando o Congresso votou e aprovou sua destituição, o Presidente respondeu dissolvendo-o. Da solução pacífica dos votos, passou-se ao prélio terrível das armas. Decorridos oito meses de combates, o triunfo do Congresso tornou-se inevitável e a Balmaceda não restou outra alternativa

que entregar-se e asilar-se na Embaixada Argentina, onde no dia em que deveria findar-se o seu mandato, recorreu ao gesto extremo do suicídio.

Neste caso, não há paralelo com o a jovem República brasileira, muito embora a renúncia de Deodoro como chefe do 1º Governo republicano se justifique pelo agravo que sofreu, quando, na primeira eleição indireta para a presidência, pelo Congresso, teve menor número de votos que seu Vice-Presidente, o também marechal Floriano Peixoto. Mas as observações de Nabuco, no curso de sua análise sobre os infortúnios do Presidente Balmaceda, não se cingem aos aspectos circunstanciais de sua vida. Como em tantas outras oportunidades no livro, seus olhos vêem o Chile e ele pensa no Brasil quando afirma: “Em nossos países, onde a nação se mantém em menoridade permanente, as liberdades, o direito de cada um, o patrimônio de todos, vivem resguardados apenas por alguns princípios, por algumas tradições ou costumes que não passam de barreiras morais sem resistência, e que o menor abalo deita por terra”.

Com a insuperável elegância do seu texto, que é uma das marcas de seu espírito de escritor, ele concluir: “A esses países, onde a liberdade carece de amparo do poder, onde a lei é frágil, não se adaptam instituições que só pode tolerar uma nação como a norte-americana, cuja opinião é uma força que levaria de vencida qualquer governo, cujos partidos são exércitos que dentro de horas se levantariam armados sob o comando de seus chefes e que, por isso mesmo, se respeitam como duas grandes potências”.

Não teria sentido, nem esta seria a oportunidade adequada, para uma análise mais profunda do sentido educativo de todo o livro que algumas vezes não tem desfrutado do prestígio que merece, quando se considera o conjunto da obra monumental de Nabuco. Todo o texto, porém, é uma elegia ao saber, à percuciência do observador arguto de nossa gente e de nosso meio. Mas no Brasil, em que a reforma é a palavra mais utilizada, mais reclamada e ao mesmo tempo tão mal compreendida e tão

inadequadamente aplicada, ele não deixa de chamar a atenção para algo sobre o que raramente ponderamos: “A tradição toda da palavra *reforma*, tomada primeiro a mais tranqüila de todas as histórias, as dos mosteiros, é conservadora e encerra em si dois grandes sentimentos: o da veneração e o da perfeição. Perguntaram a Pausâncias, porque, entre os lacedemônios, não era permitido a ninguém tocar nas antigas leis: ‘Porque as leis’, respondeu ele, ‘devem ser as senhoras dos homens e não os homens senhores das leis’.

A grandeza dos textos de Nabuco, sua perenidade e o alcance moral de seus ensinamentos fazem dele, mais que um autor, um mestre, vocacionado não para ensinar mas para educar. O texto seguinte, mais que ilustrativo, é esclarecedor de sua maneira de pensar e da precisão em exprimir o que pensa: “O direito das Câmaras de negar os méis a um Gabinete que ela supunha fatal às instituições, é um direito perfeito. As Câmaras são a Representação Nacional; a ficção é que elas são o país, ao passo que o Presidente não é senão um magistrado. Entre a Representação Nacional de um lado, e o Presidente de outro, presume-se, havendo conflito, que a nação está com os seus representantes e não com o seu delegado, e tanto assim que a Representação Nacional, em certos casos, deixado exclusivamente a seu critério o direito até de suspender e o de depor. É o Poder mais alto de todos. No caso de ruptura, não se compreenderia na Inglaterra um Parlamento, nem nos Estados Unidos, um Congresso *rebilde*. (...) Nada mais prepótero do que, em um país, onde esse *modus vivendi* estava, desde tantos anos profundamente radicado, surgir de repente um Gabinete pretendendo governar sem as Câmaras e invocando para isso fragmentos arqueológicos ou postulados da ciência moderna”.

A crise política provocada por Balmaceda tem pontos em comum com os eventos que, no Brasil, marcaram o trágico 24 de agosto de 1954 e, no ano seguinte, os episódios de 11 de novembro, com a destituição e a

consequente renúncia do Vice-Presidente da República e de seu substituto legal o Presidente da Câmara. Mas caracteriza-se, também, por diferenças marcantes. Nabuco registra: “Apenas se declara, a 7 de janeiro [de 1891], a revolta da esquadra, Balmaceda no mesmo dia constitui a si mesmo Ditador”. “Desde essa data, diz o decreto, assumo o exercício de todo o poder público necessário para a administração e o governo do Estado e a manutenção da ordem interna’. Imediatamente ordena a prisão dos principais indivíduos da oposição, a saber, dos chefes dos antigos partidos, dos antigos ministros, dos líderes da sociedade. O prefeito de Polícia de Santiago recebe, na manhã de 7, uma lista de cerca de 60 pessoas que deviam ser presas; nesta lista figuravam quase todos os homens de primeira classe do Chile (...) No mesmo dia se expede um decreto declarando que nenhuma pessoa poderá sair de Santiago, Valparaíso, Viña Del Mar, Quillota, Talca, Concepción, Talcahuano sem o correspondente passaporte, isto é, sem salvo-conduto militar. O Chile todo é posto em estado de sítio; o Exército declarado em campanha; o soldo aumentado de cincuenta por cento, grande prêmios merecidos por todos os atos de coragem, pensões decretadas para as famílias dos que morressem a serviço do Governo”.

No Brasil, o suicídio do ex-Presidente Vargas e a inquietação decorrente do movimento militar de 11 de novembro, marcam a mais significativa diferença com o caso chileno. A saída pacífica fez-se pela eleição do Presidente Juscelino Kubitschek, no pleito de 1955, significando a restauração da normalidade democrática e o desestímulo às tentativas de intervenção militar que não se concretizaram, sanadas com o remédio altruísta da anistia.

No Chile, o drama e a tragédia se consumavam à medida que a proclamação da ditadura pelo Presidente, fechava as portas a qualquer entendimento e, consequentemente, à solução pacífica do confronto que dividira o país, obtendo como resposta o caminho à violência de ambos os

lados. “Foram cruéis os vinte dias que Balmaceda passou oculto na Legação Argentina (...) A escolha parece ter sido em mais de um sentido infeliz. A Legação não oferecia segurança contra um ataque súbito de exaltados que adivinhassem que Balmaceda estava refugiado nela. (...) Foi no interesse de seu hóspede que o sr. Uriburu (chefe da Legação) tomou extraordinárias precauções de segredo, mas essas precauções mesmas não podiam deixar de abater o ânimo de Balmaceda. Ele não era de fato um asilado do Direito Internacional, era um acoitado, um escondido; para um Chefe de Estado da véspera que ainda não tinha concluído o seu período, tal posição era cruel e lacinante”.

“Uma vez assentada a solução da morte, escreveu Nabuco, é preciso justificá-la, depois utilizá-la politicamente, por último escolher o momento. (...) A data de 19 de setembro é escolhida porque expira na véspera o prazo de sua presidência. Não é um Presidente do Chile que se mata, é um simples particular”. ‘Junto com a terminação constitucional do mando que recebi em 1886’ – justifica-se Balmaceda – tive que estudar a situação que me rodeia’. “A justificação, esclarece Nabuco, é a impossibilidade de fugir sem se expor e ser despedaçado pelos inimigos, se fosse reconhecido; é a impossibilidade de prolongar o asilo sem comprometer seus generosos *amparadores*; por último é a impossibilidade de entregar-se aos adversários, “*um ato de insânia política*”, escreveu em carta a Cláudio Vicuña e Julio Bañados”. Alega mais: “Com meu sacrifício os amigos acharão em pouco tempo modo de reparar o seu infortúnio” argumenta em carta aos irmãos. Tentando amenizar as críticas que fatalmente viria a sofrer por parte de seus correligionários e seguidores, abandonados à própria sorte, antecipa Getúlio, na sua Carta-testamento: “Só lhes posso oferecer o sacrifício de minha pessoa”.

Sua última mensagem como Vargas mais de meio século depois, deixou-a também numa carta: “Escrevi uma carta a Vicuña e a Bañados... É

um documento histórico que se deve reproduzir íntegro na América e na Europa, para que se compreenda a minha situação e a minha conduta. Façam-no reproduzir. Não o deixem de publicar”.

No livro em que perpetuou o drama e a tragédia que tisnaram o caminho da democracia na América Latina, por pelo menos dois séculos, Joaquim Nabuco sintetiza, o roteiro de uma peça que contaminou a política de virtualmente toda a América Latina, depois da epopéia da Independência: “Na carta aos amigos, chamada hoje o Testamento de Balmaceda, há três partes: uma, é a revista dos procedimentos da Junta revolucionária, para mostrar que não lhe era permitido esperar justiça de seus inimigos e que por isso não realizava a sua primeira idéia de entregar-se a eles; outra, é a sua defesa dos pontos de acusação que lhe ficaram mais sensíveis; a última é um brado de esperança na vitória ulterior de sua carta”. Nesta está o fulcro das contradições dos sistemas políticos que sempre cercaram o exercício do poder pessoal em nosso Continente: “O regime parlamentar triunfou nos campos de batalha”, diz ele, “mas esta vitória não prevalecerá. Ou o estudo, a convicção e o patriotismo abrem caminho razoável e tranqüilo à reforma e à organização do governo representativo, ou novos distúrbios e dolorosas perturbações terão que reproduzir-se entre os mesmos que fizeram a Revolução unidos e que mantêm a união para garantia do triunfo, mas que por fim acabarão por se dividirem e se chocarem”.

“Ele não queria entrar na História sem uma legenda; esta seria a do governo presidencial contra o parlamentar. Estava aí a sua justificação aos olhos de um numeroso partido e, um dia, esperava, aos olhos do país. Quando o Chile mudasse o eixo de suas instituições, seria ele proclamado o fundador da Segunda República. Nesse dia, ninguém perguntaria se ele estivera no seu papel, servindo-se da Presidência para torná-la onipotente. Se não era preferível deixar a reforma amadurecer na opinião a arrostar por causa dela uma guerra civil”.

A busca da onipotência do poder sempre ameaçou o futuro da democracia na América Latina. A lição que Balmaceda escreveu com seu próprio sangue e a assinou com sua própria vida, precisa ser aprendida por todos que exercem ou venham a exercer o poder em nosso Continente.